

**CEDI**

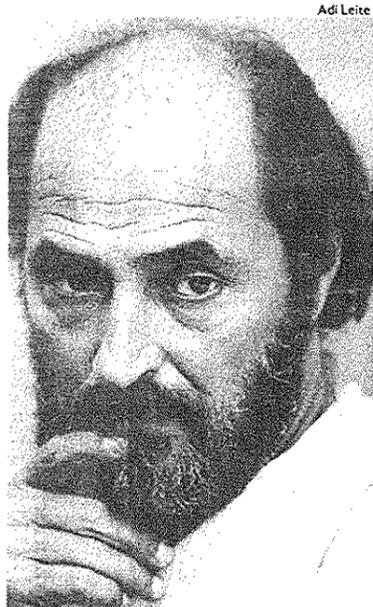
**Povos Indígenas no Brasil**

Fonte: Folha de São Paulo Class.: 2247

Data: 26/07/91 Pg.: 1-7

# Funai delimita área ianomami em RR

*Demarcação do território indígena de 9,4 milhões de ha ainda deve ser aprovada pelo Ministério da Justiça*



Sidney Possuelo, da Funai

## Saúde espera exame de Aids

Do enviado especial a Tabatinga

O coordenador da Divisão de Doenças Sexualmente Transmissíveis e Aids do Ministério da Saúde, Eduardo Bastos, disse ontem em Manaus (AM) que espera a conclusão dos exames de Aids feitos nos índios.

Bastos afirmou que os exames das fundações Oswaldo Cruz e Nacional de Saúde nos ianomami não comprovaram a presença do vírus.

### RICARDO ARNT

Da Reportagem Local

O "Diário Oficial" da União publicou, ontem, resolução do presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Sydney Possuelo, aprovando a delimitação da Terra Indígena Ianomami com 9.419.108 hectares de terras contínuas, em Roraima.

A portaria desencadeia o processo de demarcação a cargo do Ministério da Justiça. Também foi aprovada a delimitação de um perímetro de 3.071 km para a área indígena dos índios mayongong, em Roraima.

"A Funai fez a sua parte", afirmou, em Brasília, o secretário executivo do Núcleo de Direitos Indígenas, Márcio Santilli. "Nós apoiamos estusiasticamente a

proposta da Funai e esperamos que o presidente Collor dê curso ao processo", disse.

A área de 9,4 milhões de hectares atende às reivindicações de indigenistas e ambientalistas no Brasil e no exterior. A controvérsia sobre a terra ianomami arrasta-se desde 1969.

Em abril, o presidente Fernando Collor de Mello anulou a demarcação de 19 "ilhas" descontínuas para os índios, com 2,4 milhões de hectares, feita no governo José Sarney. O governo quer resolver o problema ianomami antes da Eco-92, a conferência da ONU sobre meio ambiente e desenvolvimento, no Rio.

O relatório da Funai sobre a delimitação da área, elaborado pela antropóloga Isa Maria Pa-

checo Rogedo, afirma que depois da invasão maciça de garimpeiros no noroeste de Roraima, em 1988, de 9.910 ianomami, em 150 malocas em território brasileiro, "cerca de mil morreram devido a conflitos armados e doenças infecciosas decorrentes da presença desses invasores".

Nos próximos 30 dias, o Ministério da Justiça consultará entidades governamentais sobre a resolução da Funai, como a Secretaria de Assuntos Estratégicos, os ministérios militares, o governo de Roraima e a Secretaria Nacional do Meio Ambiente.

Se for aceito, o processo será homologado e enviado para a assinatura do presidente Collor. Se não for, poderá ser revisto. O governo de Roraima, que resistia à criação da área contínua, já se manifestou disposto a aceitá-la.

No Amazonas, em São Gabriel da Cachoeira, três entidades indígenas assinaram um protocolo para criar um programa de trabalho conjunto e uma organização nacional que defenda os direitos indígenas assegurados pela Constituição. Todas as entidades indígenas juridicamente constituídas do Brasil serão consultadas para definir o modelo, a estrutura e o mandato da organização.

O protocolo assinado pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coaib), União das Nações Indígenas e Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn) —a maior do Brasil— pede às entidades de apoio à luta indígena que "acabem com as divergências que atrapalham o movimento indígena".